

GDPAR SN
Participações em
Projetos Solares
S.A

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da
GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. (“GDPAR SN” ou “Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 6.b e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia atua no segmento de geração distribuída de energia solar e suas receitas são originadas de contratos de locação das usinas fotovoltaicas e serviços de operação e manutenção dessas usinas. As respectivas receitas são calculadas mensalmente com base em fórmulas definidas em contratos apresentando a geração de energia do período como principal variável nessa apuração.</p> <p>Considerando que a mensuração dessas receitas envolve certo grau de complexidade, em especial em função da aplicação das fórmulas para apuração mensal e no reconhecimento da receita, direcionamos foco específico de nossa auditoria para esse tema.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia;- Recálculo do contrato de locação com base nas cláusulas contratuais e controles de geração de energia injetada reconhecida pela concessionária e análise dos comprovantes de aceitação do cliente.- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes em relação ao reconhecimento de receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Renan Melo de Oliveira
Contador CRC 023259/O-4

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.687	20.766	3.781	23.755	Fornecedores		2.674	3.124	2.687	3.466
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	9	31.532	29.000	31.532	31.495	Debêntures	15	397.053	337.849	397.053	337.849
Depósitos vinculados	10	5.099	-	5.099	-	Obrigações fiscais		576	592	600	631
Adiantamentos a fornecedores		116	248	130	273	Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	109	383
Partes relacionadas	11	25.104	323	-	-	Partes relacionadas	11	4.927	54.399	5.067	55.659
Impostos a recuperar		4.122	3.035	4.133	3.038	Passivo de arrendamento	14	2.803	1.606	3.312	1.898
Outros créditos		647	193	701	217	Adiantamento de clientes		-	3.105	859	3.259
Total do ativo circulante		69.307	53.565	45.376	58.778	Total do passivo circulante		408.033	400.675	409.687	403.145
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Depósitos vinculados	10	33.421	-	33.421	-	Debêntures	15	-	-	-	-
Investimentos	12	536	45.588	-	-	Passivo de arrendamento	14	15.449	15.162	17.380	17.213
Imobilizado	13	411.196	407.895	437.413	450.966	Provisão para demobilização	16	4.973	3.705	5.441	4.045
Ativo de direito de uso	14	15.938	15.071	18.241	17.233	Total do passivo não circulante		20.422	18.867	22.821	21.258
Ativo intangível		2.595	2.579	2.595	2.582	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		463.686	471.133	491.670	470.781	Capital social	17	160.052	143.209	160.052	143.209
						Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	-	13.298
						Transação com acionistas		1.243	1.243	1.243	1.243
						Reserva de lucros		48	48	48	48
						Prejuízos acumulados		(56.805)	(52.642)	(56.805)	(52.642)
						Total do patrimônio líquido		104.538	105.156	104.538	105.156
Total do ativo		532.993	524.698	537.046	529.559	Total do passivo e patrimônio líquido		532.993	524.698	537.046	529.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	77.214	30.117	82.767	65.722
Custo das vendas	19	<u>(28.894)</u>	<u>(9.150)</u>	<u>(31.563)</u>	<u>(26.349)</u>
Lucro bruto		48.320	20.967	51.204	39.373
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(5.242)</u>	<u>(2.159)</u>	<u>(5.668)</u>	<u>(4.855)</u>
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos		43.078	18.808	45.536	34.518
Receitas financeiras	21	5.201	447	5.388	1.058
Despesas financeiras	21	<u>(54.256)</u>	<u>(45.047)</u>	<u>(54.573)</u>	<u>(46.662)</u>
Resultado financeiro líquido		(49.055)	(44.600)	(49.185)	(45.604)
Equivalência patrimonial	12	<u>1.756</u>	<u>11.510</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos impostos		(4.221)	(14.282)	(3.649)	(11.086)
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto corrente	22	58	-	(514)	(3.196)
Imposto diferido	22	<u>-</u>	<u>1.382</u>	<u>-</u>	<u>1.382</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.163)</u>	<u>(12.900)</u>	<u>(4.163)</u>	<u>(12.900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2024	2023
Prejuízo do exercício	(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)
Resultado abrangente total	<u>(4.163)</u>	<u>(12.900)</u>	<u>(4.163)</u>	<u>(12.900)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação com acionistas	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 01 de janeiro de 2024		77.238	-	1.243	2	46	(39.742)	38.787
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(12.900)	(12.900)
Aumento de capital com participação em empresas	17	65.971	-	-	-	-	-	65.971
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	13.298	-	-	-	-	13.298
Saldo em 31 de dezembro de 2024		143.209	13.298	1.243	2	46	(52.642)	105.156
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(4.163)	(4.163)
(-) Redução de capital com cisão de investimentos	17	(26.787)	-	-	-	-	-	(26.787)
Aumento de capital com participação em empresas	17	29.786	-	-	-	-	-	29.786
Aumento de capital	17	13.298	(13.298)	-	-	-	-	-
Aumento de capital com ativos imobilizados	17	546	-	-	-	-	-	546
Saldo em 31 de dezembro de 2025		160.052	-	1.243	2	46	(56.805)	104.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(4.163)	(12.900)	(4.163)	(12.900)
Ajustes por:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(1.756)	(11.510)	-	-
Depreciação do ativo imobilizado	13	17.199	5.725	18.609	14.128
Depreciação de direito de uso	14	613	182	677	592
Depreciação do ativo para desmobilização	13	(20)	55	(2)	246
Valor residual do ativo imobilizado baixado	13	-	16	-	3.766
Amortização de custos de transação sobre empréstimos	15	395	2.516	395	2.516
Juros sobre debêntures	15	51.122	41.693	51.122	41.693
Juros de arrendamentos	14	2.281	774	2.537	2.274
Juros sobre provisão para desmobilização		401	233	459	503
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(58)	-	514	3.196
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	(1.382)	-	(1.382)
		66.014	25.402	70.148	54.632
Decréscimo/ (acréscimo) em variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		(1.874)	(13.774)	(1.303)	(12.188)
Adiantamentos a fornecedores		149	71	142	9
Impostos a recuperar		(1.081)	(450)	(1.098)	(549)
Outros créditos		789	93	485	(220)
Fornecedores		(759)	6	(770)	(480)
Obrigações fiscais		(19)	490	(43)	39
Outras contas a pagar		(3)	-	-	(79)
Parte relacionada - compartilhamento de despesas		(9.078)	3.617	(9.707)	6.258
Adiantamento de clientes		(3.105)	(183)	(2.688)	3.259
Caixa gerado pelas atividades operacionais		51.033	15.272	55.166	50.681
Juros sobre debêntures pagos	15	(57.911)	(44.758)	(57.911)	(44.758)
Juros de arrendamentos pagos	14	(2.281)	(732)	(2.513)	(2.274)
Impostos pagos sobre o lucro	22	-	-	(702)	(3.833)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(9.159)	(30.218)	(5.960)	(184)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	(9.432)	-	-
Aumento de capital em controladas	12	-	(2.120)	-	-
Dividendos recebidos	12	2.734	22.166	-	-
Redução de capital em controladas	12	1.473	-	-	-
Resgate de aplicações financeiras	-	-	4.263	-	4.263
Depósitos vinculados	10	(38.520)	-	(38.520)	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(829)	(5.150)	(348)	(19.367)
Aquisição de ativo intangível	-	(16)	-	(1.051)	(15)
Caixa líquido das empresas recebidas por transferência de quotas	1.1	-	-	1.345	2.150
Caixa líquido das empresas cindidas por transferência de quotas	1.1	-	-	(1.037)	-
Caixa líquido recebido nas operações de incorporação	1.1	713	20.864	-	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		(34.445)	30.591	(39.611)	(12.969)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Principal de arrendamentos pago	14	(73)	-	-	(13)
Captação de debêntures, líquido	15	791.183	-	791.183	-
Amortização de debêntures	15	(725.585)	-	(725.585)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	13.298	-	13.298
Pagamento de redução de capital	10	(40.000)	-	(40.000)	-
Mútuos com partes relacionadas	10	-	422	(1)	-
Pagamento de redução de capital de investida		-	-	-	(955)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		25.525	13.720	25.597	12.330
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(18.079)	14.093	(19.974)	(823)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.766	6.673	23.755	24.578
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.687	20.766	3.781	23.755
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(18.079)	14.093	(19.974)	(823)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A (“GDPAR SN” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 22 de julho de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Iguatemi, 192, Edifício Iguatemi Office Building, 13º andar, conjunto 133, Itaim Bibi, CEP 01451-010. A Companhia tem como atividade principal o desenvolvimento, operação e locação de usinas fotovoltaicas e investimento em outras empresas (controladas diretamente, na condição de sócia, acionista ou quotista), no segmento de geração distribuída de energia fotovoltaica.

Os projetos de geração distribuída estão em conformidade com a Resolução 1059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 20 anos. A Companhia tem como principais clientes: Raia Drogasil, Telefônica Brasil, Claro, Magazine Luiza, Águas de Andradina, Águas de Castilho, Sanessol, Raízen e TIM.

Os projetos integrantes do portfólio foram adquiridos de desenvolvedores especializados no mercado de geração distribuída de energia solar, em fase de desenvolvimento, e subsequentemente construídos por empresas especializadas em engenharia e construção (EPC). As usinas fotovoltaicas (UFVs) estão alocadas em filiais da Companhia e nas entidades controladas listadas abaixo.

No exercício de 2025, a Administração implementou uma iniciativa estruturada voltada à recuperação e otimização da performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas da Companhia. Essa iniciativa demandou a realização de custos e despesas de natureza extraordinária ao longo do exercício, com impacto temporário sobre os indicadores financeiros da Companhia. Como resultado, as usinas foram restabelecidas aos parâmetros operacionais planejados, fortalecendo a base de geração de caixa para os exercícios subsequentes. Os efeitos contábeis decorrentes dessa estratégia estão detalhados nas Notas Explicativas n.º 1.2 (Continuidade Operacional) e n.º 15 (Debêntures).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”).

<i>Controladas:</i>	% de Participação	
	2025	2024
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos LTDA.	-	100
UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos LTDA.	-	100
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE LTDA.	100	100
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-

1.1 Reorganização societária

Operações ocorridas em 2025

No exercício de 2025, em Assembleia de Acionistas da Companhia, foi aprovada a reorganização societária em três etapas, sendo: i) transferência da participação total de duas investidas, detidas pela GD Geração Distribuída Participações S.A., para a Companhia por aumento do capital social; ii) transferência da participação total de duas investidas da Companhia para a GDPAR SP Participações em Projetos Solares Ltda (“GDPAR SP”) por redução do capital social; iii) extinção e sucessão total de duas das sociedades investidas da Companhia, com incorporação total do acervo líquido apurado;

a) Sociedades recebidas por aumento de capital, transferidas da GDSun para a Companhia, em 31 de janeiro de janeiro de 2025 – demonstração dos principais saldos

	UFV GDPAR MGI Equipamentos Fotovoltaicos S.A.	UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	284	1.061	1.345
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	224	-	224
Adiantamentos a fornecedores	3	-	3
Impostos a recuperar	3	-	3
Outros créditos	-	3	3
Imobilizado	2.975	25.885	28.860
Ativo de direito de uso	83	1.176	1.259
Ativo total	3.572	28.125	31.697
Fornecedores	-	1	1
Obrigações fiscais	3	15	18
Imposto de renda e contribuição social	21	50	71
Partes relacionadas	30	158	188
Adiantamentos de clientes	-	287	287
Passivo de arrendamento	105	1.144	1.249
Provisão para desmobilização	20	78	98
Patrimônio líquido	3.393	26.392	29.785
Passivo total	3.572	28.125	31.697

b) Sociedades transferidas por redução de capital, cindidas da Companhia e integradas à GDPAR SP, em 31 de janeiro de janeiro de 2025 – demonstração dos principais saldos

	UFV GDSUN PBI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	598	439	1.037
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	884	605	1.489
Adiantamento a fornecedores	1	3	4
Outras contas a receber	8	1	9
Impostos a recuperar	6	-	6
Imobilizado	15.543	10.167	25.710
Ativo de direito de uso	257	352	609
Intangível	3	-	3
Ativo total	17.300	11.567	28.867

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Fornecedores	3	6	9
Obrigações fiscais	86	78	164
Partes relacionadas	860	213	1.073
Passivo de arrendamento	276	388	664
Provisão para desmobilização	115	55	170
Patrimônio líquido	15.960	10.827	26.787
Passivo total	17.300	11.567	28.867

c) Empresas extintas e incorporadas pela Companhia, no processo de reorganização societária

Empresa	Operação
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Incorporação e sucessão total
UFV GDPAR MG1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Incorporação e sucessão total

As sociedades de propósito específico (SPEs) em questão foram constituídas para a operação, manutenção e comercialização de energia elétrica gerada por usinas de geração distribuída de energia solar, enquadradas no sistema de compensação de energia elétrica, conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 7 de fevereiro de 2023.

A receita das SPEs é proveniente dos aluguéis dos ativos de geração e dos serviços de operação e manutenção prestados a consórcios, cooperativas e empresas, que utilizam a energia gerada pelas usinas para compensação em suas unidades consumidoras.

Principais justificativas para incorporação (i) Que as empresas envolvidas fazem parte do mesmo grupo econômico; (ii) Possuem as mesmas características, irão se beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica e financeira das empresas. A incorporação resultou na extinção das referidas empresas citadas acima e, sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Companhia.

O critério de avaliação do patrimônio líquido das empresas para fins de incorporação foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado (31 de janeiro de 2025 para UFV GDPAR MG1 e 30 de junho de 2025 para a UFV GDPAR-SN GO 4), conforme Laudos de Avaliações Contábeis emitidos por empresa especializada. O acervo líquido incorporado total é de R\$ 3.626. Os principais saldos incorporados estão assim demonstrados:

	UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	UFV GDPAR MG1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	TOTAL
Caixa e equivalentes de caixa	429	284	713
Adiantamento a fornecedores	11	3	14
Contas a receber	94	69	163
Ativos de contratos com clientes	825	155	980
Outras contas a receber	75	-	75
Impostos a recuperar	-	3	3
Partes relacionadas	423	-	423
Imobilizado	16.309	2.975	19.284
Ativo de direito de uso	553	83	636
Intangível	-	-	-
Ativo total	18.719	3.572	22.291

Fornecedores	320	-	320
Obrigações fiscais	100	24	124
Partes relacionadas	17.266	30	17.296
Passivo de arrendamento	617	105	195
Outros passivos	8	-	8
Provisão para desmobilização	175	20	195
Passivo de arrendamento	437	90	527
Patrimônio líquido	233	3.393	3.626
Passivo total	18.719	3.572	22.291

1.2 Continuidade Operacional

(i) Situação do Capital Circulante Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 364.369. Tal situação decorre, principalmente, da reclassificação de passivos financeiros de longo prazo para o passivo circulante.

(ii) Descumprimento de Covenants e *Waiver*

A referida reclassificação foi motivada pelo descumprimento do índice financeiro de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), conforme previsto em contrato de financiamento.

Cumpra esclarecer que o descumprimento do ICSD no exercício de 2025 resultou de uma estratégia adotada pela Administração com o objetivo de recuperar e estabilizar a performance operacional do portfólio de usinas fotovoltaicas da Companhia. Ao longo do exercício, foram realizados investimentos e incorridos custos e despesas de natureza extraordinária, voltados à adequação técnica e operacional dos ativos, que impactaram temporariamente os indicadores de geração de caixa. Como resultado desta iniciativa, as usinas foram trazidas aos parâmetros operacionais planejados, consolidando a base para a plena geração de caixa nos exercícios subsequentes. A estratégia adotada e seus fundamentos foram integralmente apresentados e discutidos com os credores, que reconheceram o caráter pontual e não recorrente do evento.

Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente, junto à instituição financeira, o “*waiver*” (dispensa do cumprimento) relacionado ao referido “*covenant*”. Embora o documento indique efeito retroativo a 2025 e evidencie a intenção dos credores de não exigir a liquidação antecipada da dívida, por se tratar de evento subsequente à data-base das demonstrações financeiras, a classificação dos saldos no passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 foi mantida, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

(ii) Plano de Mitigação e Suporte

Com a obtenção do “*waiver*”, o montante de R\$ 364.369 será reclassificado para o passivo não circulante no primeiro trimestre de 2026, contribuindo para o restabelecimento do equilíbrio do capital circulante líquido da Companhia.

A Companhia avalia que sua continuidade operacional está assegurada, pois mantém capacidade de gerar fluxo de caixa operacional positivo, suficiente para suportar suas atividades, cumprir obrigações e financiar suas operações correntes. Esse fluxo de caixa recorrente é o principal fator que sustenta a manutenção normal dos negócios.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelos Diretores em 31 de março de 2026.

Os projetos da Companhia, em estágio inicial de desenvolvimento, foram adquiridos de desenvolvedores do mercado de geração distribuída de energia solar. Logo após a aquisição foram contratados Epcistas para construção das Usinas Fotovoltaicas (UFVs). A Companhia possui o total de 38 projetos de geração distribuída, dos quais 2 estão alocadas nas sociedades de propósitos específicos listadas na Nota Explicativa nº 1, e os demais foram absorvidos por incorporação pela Companhia.

No total, 37 projetos estão plenamente operacionais e 1 está em estágio de desenvolvimento.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** – Arrendamentos - prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- **Nota explicativa 16** – Provisão para desmobilização: o Grupo possui obrigações contratuais para desmonte e retirada de todas as construções realizadas nos terrenos objetos de arrendamentos para instalação das usinas fotovoltaicas.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 13** – Arrendamentos - Critério para definição de taxa de desconto utilizada para cálculo dos passivos de arrendamento.
- **Nota explicativa 15** – Provisão para desmobilização – Critério para definição da taxa de desconto e estimativa do custo para desmobilização dos ativos que englobe todas as regiões onde os projetos foram implantados.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todos os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em entidades controladas, mencionada na nota explicativa nº 1.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do serviço prestado ao cliente.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

O Grupo atua no segmento de geração distribuída de energia solar e tem como receitas a locação de usinas Fotovoltaicas, a sublocação de terrenos onde estão instaladas suas usinas e a operação e manutenção de usinas fotovoltaicas. As receitas são reconhecidas a partir do momento em que o ativo é colocado à disposição do cliente devidamente conectado à rede de distribuição e gerando créditos de energia às unidades consumidoras dos clientes.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros ativos, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

Controladora – corrente

A provisão para imposto de renda (IRPJ) foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240 (duzentos e quarenta mil Reais). A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Controladas

O IRPJ e a CSLL são calculados observando-se os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente, pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidas de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, as Controladas optaram pelo regime tributário de Lucro Presumido. Nestas empresas, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32%, por fim a razão de 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) *Depreciação*

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, e são calculados com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Usinas fotovoltaicas	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e equipamentos de informática	5 anos
Desmobilização usina solar	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. O Grupo não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- e os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;

- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro encontra-se vencido e avalia-se que não há mais recursos eficientes para cobrança.

- O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que o Grupo não possui ágio contabilizado em suas demonstrações contábeis, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendador

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita operacional pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Arrendamento Operacional

A Companhia atua com a locação de sistemas de geração distribuída de energia solar (usinas fotovoltaicas). Para a classificação desses contratos sob a ótica da norma contábil (CPC 06 (R2) / IFRS 16), a Administração exerce julgamento para determinar se os riscos e benefícios inerentes à propriedade foram substancialmente transferidos aos clientes.

Com base nos contratos celebrados, a Administração concluiu que tais instrumentos se qualificam como Arrendamento Operacional, fundamentada nos seguintes pontos:

- (i) Vida útil e prazo: O prazo contratual não cobre a maior parte da vida útil econômica dos equipamentos fotovoltaicos;
- (ii) Valor presente: A soma dos pagamentos mínimos contratuais não representa substancialmente todo o valor justo dos ativos no início do contrato;
- (iii) Controle e manutenção: A Companhia permanece responsável pela operação, manutenção preventiva e seguros dos bens (conforme acordos de O&M vinculados), mantendo a exposição à variação de performance do ativo e aos riscos de obsolescência tecnológica;

Dessa forma, os ativos continuam registrados no Imobilizado da Companhia e são depreciados ao longo de sua vida útil, enquanto as receitas de locação são reconhecidas de acordo com a dinâmica contratual.

(ii) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus

preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam

pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

j. Reconhecimento das obrigações contratuais relacionadas à devolução de áreas (terrenos) - ARO (Asset Retirement Obligation)

A provisão refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, de retirada de serviço dos seus ativos. A obrigação é descontada a valor presente e, posteriormente, ajustada através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do contrato. As premissas e cálculo são atualizados em bases anuais. Eventual variação é registrada em contrapartida o passivo.

O reconhecimento das obrigações foi realizado nos exercícios de 2025 e de 2024, conforme práticas contábeis mencionadas nas notas explicativas de nº 13 e 15.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(i) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

(ii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	1.664	6.577	2.758	7.977
Aplicações financeiras de curto prazo	1.023	14.189	1.023	15.778
	2.687	20.766	3.781	23.755

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e referem-se a CDBs (certificados de depósitos bancários). São remuneradas a uma taxa média mensal de 75% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), em 2025 e 2024, sendo prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

9 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes (a)	1.035	3.772	1.035	4.028
Ativos de contratos com clientes (b)	30.497	25.228	30.497	27.467
	31.532	29.000	31.532	31.495

- (a) Refere-se a receitas de serviços já prestados, calculados, aprovados e faturados aos clientes, que se encontram em carteira devido aos prazos de pagamentos contratuais. Os valores são dos clientes Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Drogaria São Paulo e Claro S.A.
- (b) Créditos a faturar decorrentes da diferença entre a receita reconhecida pela geração líquida das UFVs (vide nota explicativa 1) com a receita compensada a qual é aferida pelas faturas dos clientes.

As contas a receber são valores a receber em sua maioria originados das receitas de locações e manutenções. As receitas a faturar representam as prestações de serviços realizadas, cuja emissão da correspondente nota fiscal ocorreu após a data de encerramento destas demonstrações financeiras.

A provisão para perdas esperadas com recebíveis é reconhecida para os valores em aberto por meio da análise individual das probabilidades de recebimento e, clientes em situação de recuperação judicial, quando aplicável. A Companhia e controladas não apresentam contas a receber com títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como não apresentam histórico de perdas com recebíveis e dessa forma, nenhuma provisão foi efetuada.

10 Depósitos vinculados

	2025	2024
Curto prazo		
Conta reserva de Pagamento (a)	5.099	-
Longo prazo		
Conta reserva do serviço da dívida (b)	30.149	-
Conta reserva de O&M (c)	3.272	-
	38.520	-

Refere-se as condições estabelecidas contratualmente decorrente do contrato de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta Reserva do Serviço da Dívida – valor correspondente a uma parcela integral da prestação vincenda, incluindo a amortização do valor nominal unitário atualizado e a remuneração das debêntures.
- (b) Conta Pagamento das Debêntures – valor equivalente ao acúmulo mensal de 1/6 (um sexto) da prestação vincenda, garantindo a disponibilidade dos recursos na data de vencimento.
- (c) Conta Reserva de O&M atualizado anualmente pelo IPCA, destinado à cobertura das despesas operacionais e de manutenção.

11 Partes relacionadas

As operações de recursos com partes relacionadas se referem a i) compartilhamento de custos e despesas a pagar e reduções de capital social (à receber de investidas da Companhia, quando ativo, e à pagar para a GD - Geração Distribuída Participações S.A, controladora, quando passivo) e não estão sujeitas à atualização monetária e não possuem vencimento determinado.

Os compartilhamentos de custos e despesas é referente a, principalmente, gastos com folha de pagamento e encargos das equipes de operações, engenharias, seguranças e administrativos e administradores.

Os saldos dessas contas correntes ao final de cada exercício podem ser assim apresentados:

(i) Saldos de ativos e passivos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo circulante				
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	24.994	-	-	-
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	110	-	-	-
UFV GDSUN PB1 Equip. FV. Ltda	-	323	-	-
Total de Partes relacionadas – Ativo	25.104	323	-	-
Passivo Circulante				
GD Geração Distrib. Part. S.A.	4.925	53.976	5.065	55.659
Andromeda Equipamentos Fotovoltaicos S.A.	2	-	2	-
UFV GDPAR-SN GO 4 Equip. FV. Ltda.	-	423	-	-
Partes Relacionadas – Passivo	4.927	54.399	5.067	55.659

a. Movimentação de partes relacionadas - 2025

Ativo Circulante	Natureza dos saldos	Controladora			
		2024	Adição	Recebimento	2025
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Redução de capital em controlada	-	25.594	(600)	24.994
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	Redução de capital em controlada	-	660	(550)	110
UFV GDSUN PB1 Equip. FV. Ltda.	Redução de capital em controlada	323	-	(323)	-
Partes Relacionadas – Ativo		323	26.254	(1.473)	25.104

Passivo Circulante	Natureza dos saldos	Controladora				
		2024	Pagamento	Saldo incorporado	Adições	2025
GD Geração Distrib. Part. S.A.	Redução de capital	43.206	(40.000)	-	-	3.206
	Compartilhamento de despesas	10.770	(20.572)	82	11.432	1.712
	Conta corrente entre empresas	-	-	-	7	7
	Conta corrente entre empresas	-	-	-	2	2
Andromeda Equipamentos Fotovoltaicos S.A.	Conta corrente entre empresas	-	-	-	2	2
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Conta corrente entre empresas	423	-	(423)	-	-
Partes Relacionadas – Passivo		54.399	(60.572)	(341)	11.432	4.927

b. Movimentação de partes relacionadas – 2024

Passivo Circulante	Natureza dos saldos	Controladora			
		2023	Saldo incorporado	Adições	2024
GD Geração Distrib. Part. S.A.	Redução de capital	43.206	-	-	43.206
	Compartilhamento de despesas	-	7.154	3.616	10.770
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	Redução de capital	-	-	423	423
Partes Relacionadas – Passivo		43.206	7.154	4.040	54.399

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Administração da Companhia não é remunerada, conforme cláusula 6.2 do Estatuto Social. A remuneração da Administração é de responsabilidade da controladora GD Geração Distribuída Participações S.A. e integra as despesas compartilhadas entre as empresas do Grupo GDSun, conforme o contrato vigente de compartilhamento.

12 Investimentos

a. Composição do saldo

Investidas	% Participação			
	2025	2024	2025	2024
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	17.648
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	10.786
UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	100	-	15.994
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	100	100	517	1.160
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100	-	19	-
Saldo de Investimentos			536	45.588

b. Movimentação 2025

Investidas	2024	Adição por		Equivalência patrimonial	Dividendos	Baixa por cessão		Baixa por incorporação	2025
		recebimento de cotas – (a)	Redução de capital			de quotas – (a)			
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	17.648	-	(17.214)	375	(582)	-	(227)	-	
UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	15.994	-	-	(34)	-	(15.960)	-	-	
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	1.160	-	(660)	17	-	-	-	517	
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	10.786	-	-	41	-	(10.827)	-	-	
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	26.393	(25.592)	1.370	(2.152)	-	-	19	
UFV GDPAR MG1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	3.393	-	(13)	-	-	(3.380)	-	
Total de Investimentos	45.588	29.786	(43.466)	1.756	(2.734)	(26.787)	(3.607)	536	

(a) Aumento e redução de capital social, ocorridos em 31 de janeiro de 2025, conforme deliberações de assembleia de acionistas descrito na nota explicativa 16, com a movimentação das SPEs demonstradas. O demonstrativo das principais contas está apresentado nas notas explicativas 1.1 (a) referente as SPEs recebidas e 1.1 (b) referente as SPEs cedidas.

c. Movimentação de 2024

Investidas	2023	Adição por		AFAC	Equivalência patrimonial	Dividendos	Cisão (b)	Baixa por incorporação	2024
		recebimento de cotas (a)	Aumento de capital						
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	16.821	-	-	206	764	(143)	-	-	17.648
UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	10.766	-	-	(329)	5.125	432	-	-	15.994
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda. (b)	41.525	-	1.770	-	1.003	679	(43.817)	-	1.160
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.470	-	-	-	793	523	-	-	10.786
Autogeração Solar Barra do Quarai Ltda.	14.111	-	-	-	144	10	(951)	(13.314)	-
Autogeração Solar Carumbé Uruguaiana Ltda.	13.060	-	-	-	1	388	(1.215)	(12.234)	-
Autogeração Solar Carumbé Capivari Ltda.	13.058	-	-	-	100	132	(623)	(12.667)	-
Autogeração Solar Sanchuri Uruguaiana Ltda.	14.146	-	-	-	-	880	(885)	(14.141)	-
Autogeração Solar São Borja Ltda.	14.073	-	-	-	-	266	(960)	(13.379)	-
Autogeração Solar SB Granja São Vicente Ltda.	13.461	-	-	-	-	335	(603)	(13.193)	-
Autogeração Solar Uruguaiana Ltda.	25.462	-	-	-	40	202	-	(25.704)	-
DGS 1 Locadora SPE Ltda.	13.432	-	-	-	-	731	(95)	(14.068)	-
DGS 2 Locadora SPE Ltda.	11.559	-	-	-	-	191	(319)	(11.431)	-
DGS 3 Locação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos SPE Ltda.	11.446	-	-	-	1	242	-	(11.689)	-
MOVE Energia Renovável II SPE Ltda.	15.002	-	-	-	402	115	-	(15.519)	-
UFV Apollo Goiás Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	8.892	-	-	-	870	(20)	-	(9.742)	-
UFV GDPAR-SN SP 10 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.499	-	-	-	-	645	(2.393)	(10.751)	-
UFV GDPAR SP12 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	30.587	-	-	-	1	305	(2.049)	(28.844)	-
UFV GDPAR SP13 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	6.464	-	-	-	-	92	(444)	(6.112)	-
UFV GDPAR-SN SP 6 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	17.804	-	-	-	-	348	(2.071)	(16.081)	-

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025

Investidas	2023	Adição por			AFAC	Equivalência patrimonial	Dividendos	Cisão (b)	Baixa por incorporação	2024
		recebimento de cotas (a)	Aumento de capital	Redução de capital						
UFV GDPAR-SN SP 7 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	12.234	-	-	-	-	841	(2.901)	-	(10.174)	-
UFV GDPAR-SN SP 9 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	24.599	-	-	-	-	1.597	(4.158)	-	(22.038)	-
UFV PB I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.657	-	-	-	210	(37)	(13)	-	(4.817)	-
UFV Rio Grande do Sul II Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.429	-	-	-	466	16	(1)	-	(5.910)	-
UFV RN I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	4.774	-	-	-	60	90	(161)	-	(4.763)	-
UFV RS I Locação de Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	7.622	-	-	-	-	183	(458)	-	(7.347)	-
UFV SC I Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	10.173	-	-	-	-	89	-	-	(10.262)	-
UFV SP III Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	9.973	-	-	-	10	377	(991)	-	(9.369)	-
UFV SP VI Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	5.052	-	-	-	-	224	(141)	-	(5.135)	-
UFV SP VII Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	6.625	-	-	-	-	303	(590)	-	(6.338)	-
Kiran Energia Ltda.	-	21.481	-	-	-	144	-	-	(21.625)	-
UFV GDPAR SP5 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	20.625	-	-	-	86	(1)	-	(20.710)	-
UFV GDSUN PA1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	-	23.865	350	-	-	337	-	-	(24.552)	-
Total de Investimentos	404.776	65.971	2.120	(329)	9.432	11.510	(22.166)	(43.817)	(381.909)	45.588

- (a) Participações societárias recebidas da GDSun devido ao aumento e integralização do capital social da Companhia em R\$ 65.971. Vide nota explicativa 17(a). As respectivas empresas foram posteriormente incluídas na reorganização societária mencionada na nota explicativa 1.1.
- (b) Cisão parcial da UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda, onde os projetos de usinas Fernandópolis e Presidente Epitácio foram cindidos da SPE e incorporados pela Companhia, com seus respectivos passivos correspondentes, ficando o projeto da usina Guaíra na SPE, ainda pré-operacional.

d. Dados sobre controladas:

Controladas	Participação 2025 - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício - (a)	Investimento	Equivalência patrimonial
UFV GDPAR-SN GO 4 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	-	-	-	375	-	375
UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	-	-	-	(34)	-	(34)
UFV GOVERDE & GDPAR SP 1 Aluguel de Infraestrutura SPE Ltda.	100%	1.945	1.428	517	17	517	17
UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	-	-	-	42	-	42
UFV GDPAR SP1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	27.748	27.729	19	1.369	19	1.369
UFV GDPAR MG1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.	100%	-	-	-	(13)	-	(13)
Total		29.693	29.157	536	1.756	536	1.756

- (a) O resultado demonstrado refere-se ao período de 2025, durante o qual a Companhia deteve participação nas controladas.

13 Imobilizado

a. Composição da conta – 2025

	Taxa média de depreciação % a.a.	Vida útil em anos	Controladora			Consolidado		
			Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	6.406	-	6.406	7.683	-	7.683
Imobilizado em andamento (b)	-	-	1.511	-	1.511	1.444	-	1.444
Outros custos de implantação (b)	-	-	508	-	508	1.471	-	1.471
Equipamentos de informática	20	5	22	(12)	10	23	(13)	10
Moveis e utensílios	10	10	25	(2)	23	27	(4)	23
Total do imobilizado em andamento			8.472	(14)	8.458	10.648	(17)	10.631
<u>Imobilizado para arrendamento operacional:</u>								
Usina Fotovoltaica Alegrete I	4	25	6.781	(818)	5.963	6.781	(818)	5.963
Usina Fotovoltaica Andradina	4	25	10.135	(1.556)	8.579	10.135	(1.556)	8.579
Usina Fotovoltaica Apodi e Angicos	4	25	4.587	(560)	4.027	4.587	(560)	4.027
Usina Fotovoltaica Araçuaí	4	25	14.868	(1.121)	13.747	14.868	(1.121)	13.747
Usina Fotovoltaica Barra do Quaraí	4	25	13.286	(1.492)	11.794	13.286	(1.492)	11.794
Usina Fotovoltaica Barretos (Colombia)	4	25	29.130	(2.805)	26.325	29.130	(2.805)	26.325
Usina Fotovoltaica Cachoeira Paulista	4	25	6.430	(684)	5.746	6.429	(683)	5.746
Usina Fotovoltaica Fernandópolis	4	25	36.175	(1.923)	34.252	36.175	(1.923)	34.252
Usina Fotovoltaica Guarantã	4	25	22.570	(3.176)	19.394	22.570	(3.176)	19.394
Usina Fotovoltaica Ibotirama	4	25	6.862	(792)	6.070	6.862	(781)	6.081
Usina Fotovoltaica Ituverava	4	25	19.659	(1.364)	18.295	19.659	(1.364)	18.295
Usina Fotovoltaica Leopoldo Bulhões e Cocalzinho	4	25	10.087	(470)	9.617	10.087	(470)	9.617
Usina Fotovoltaica Macauba I e IB	4	25	6.100	(740)	5.360	6.101	(740)	5.361
Usina Fotovoltaica Mãe do Rio	4	25	23.169	(1.581)	21.588	23.169	(1.581)	21.588
Usina Fotovoltaica Neves Paulista	4	25	6.017	(629)	5.388	6.017	(629)	5.388
Usina Fotovoltaica Pindamonhangaba	4	25	6.424	(719)	5.705	6.424	(719)	5.705

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025*

Usina Fotovoltaica Pirangi I e II	4	25	9.329	(1.108)	8.221	9.329	(1.108)	8.221
Usina Fotovoltaica Pirangi III	4	25	10.766	(1.489)	9.277	10.766	(1.489)	9.277
Usina Fotovoltaica Presidente Eptácio	4	25	5.269	(536)	4.733	5.270	(536)	4.734
Usina Fotovoltaica Quaraí	4	25	12.774	(1.480)	11.294	12.773	(1.480)	11.293
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	4	25	18.457	(3.483)	14.974	18.457	(3.483)	14.974
Usina Fotovoltaica Santa Albertina	4	25	20.494	(1.429)	19.065	20.494	(1.429)	19.065
Usina Fotovoltaica São Borja I	4	25	13.589	(1.455)	12.134	13.589	(1.455)	12.134
Usina Fotovoltaica São Borja II	4	25	13.407	(1.431)	11.976	13.407	(1.431)	11.976
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe	4	25	4.689	(644)	4.045	4.689	(644)	4.045
Usina Fotovoltaica São José do Cedro	4	25	10.198	(915)	9.283	10.198	(915)	9.283
Usina Fotovoltaica São Lourenço do Sul	4	25	5.740	(323)	5.417	5.740	(323)	5.417
Usina Fotovoltaica São Mateus 1 e 2	4	25	12.235	(1.327)	10.908	12.234	(1.327)	10.907
Usina Fotovoltaica Sítio do Mato	4	25	6.836	(783)	6.053	6.836	(793)	6.043
Usina Fotovoltaica Taubaté	4	25	5.197	(753)	4.444	5.197	(753)	4.444
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana I	4	25	27.481	(3.003)	24.478	27.481	(3.003)	24.478
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana II	4	25	12.594	(1.255)	11.339	12.594	(1.255)	11.339
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana IV	4	25	12.996	(1.434)	11.562	12.996	(1.434)	11.562
Usina Fotovoltaica Niquelândia I e II	4	25	16.204	(387)	15.817	18.641	(2.823)	15.818
Usina Fotovoltaica Tapera I	4	25	-	-	-	184	(184)	-
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe II	4	25	-	-	-	134	(134)	-
Usina Fotovoltaica Varzea de Palma	4	25	2.972	(544)	2.428	2.973	(544)	2.429
Usina Fotovoltaica Rio das Pedras	4	25	-	-	-	24.669	(962)	23.707
Total de ativos para arrendamento operacional			443.507	(44.209)	399.298	470.931	(47.923)	423.008
Provisão para desmobilização								
Provisão para desmobilização (d)	3,5	30	3.756	(316)	3.440	4.130	(356)	3.774
Total			455.735	(44.539)	411.196	485.709	(48.296)	437.413

- (a) São adiantamentos a fornecedores (Epcistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas;
- (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2026;

- (c) A Companhia avalia, anualmente, pelo método do fluxo de caixa descontado, se há indicadores de que o valor contábil de seus ativos imobilizados possa não ser recuperável. Em decorrência dos prejuízos operacionais observados no exercício de 2025 e anteriores, a Administração realizou o teste de recuperabilidade (impairment) de suas Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e concluiu que valor recuperável estimado foi superior ao valor contábil líquido na data base de 31 de dezembro de 2025. Portanto, a Administração concluiu que não há necessidade de reconhecimento de provisão para perdas por desvalorização nestas demonstrações financeiras.

b. Movimentação – 2025

	Controladora								Consolidado								
	Saldo Inicial	Saldo incorporado em 2025	Adição	Baixa	Transferência intercompany	Transferências	Depreciação	Saldo Final	Saldo Inicial	Adição por transferência de participação	Adição	Baixa por transferência de participação	Baixa	Transferência intercompany	Transferências	Depreciação	Saldo Final
Custo																	
Adiantamento inversões fixas	25.322	-	380	(14.275)	-	(5.021)	-	6.406	28.348	1.290	-	(2.964)	(13.885)	-	(5.106)	-	7.683
Imobilizado em andamento	4.613	-	6.009	(483)	546	(9.174)	-	1.511	4.613	-	6.361	(265)	(483)	547	(9.329)	-	1.444
Outros custos de implantação	508	-	-	-	-	-	-	508	1.471	-	-	-	-	-	-	-	1.471
Equipamentos de informática	16	(1)	-	-	-	-	(5)	10	18	-	-	-	-	-	(2)	(6)	10
Moveis e utensílios	7	(2)	20	-	-	-	(2)	23	10	-	20	-	-	-	(5)	(2)	23
Total de outros ativos	30.466	(3)	6.409	(14.758)	546	(14.195)	(7)	8.458	34.460	1.290	6.381	(3.229)	(14.368)	547	(14.442)	(8)	10.631
Usina Fotovoltaica Alegrete I	6.203	-	-	-	-	30	(271)	5.962	6.203	-	1	-	-	-	30	(271)	5.963
Usina Fotovoltaica Andradina	8.928	-	4	-	-	52	(405)	8.579	8.928	-	5	-	-	-	51	(405)	8.579
Usina Fotovoltaica Apodi e Angicos	4.184	-	-	-	-	26	(183)	4.027	4.184	-	-	-	-	-	26	(183)	4.027
Usina Fotovoltaica Araçuaí	12.908	-	4	-	-	1.376	(541)	13.747	12.908	-	4	-	-	-	1.376	(541)	13.747
Usina Fotovoltaica Barra do Quaraí	10.728	-	1.398	-	-	148	(480)	11.794	10.728	-	1.399	-	-	-	147	(480)	11.794
Usina Fotovoltaica Barretos (Colombia)	24.628	-	2	-	-	2.764	(1.069)	26.325	24.628	-	2	-	-	-	2.764	(1.069)	26.325
Usina Fotovoltaica Cachoeira Paulista	5.103	-	9	-	-	868	(234)	5.746	5.103	-	9	-	-	-	868	(234)	5.746
Usina Fotovoltaica Fernandópolis	32.137	-	20	-	-	3.475	(1.380)	34.252	32.137	-	20	-	-	-	3.475	(1.380)	34.252
Usina Fotovoltaica Guarantã	20.055	-	3	-	-	235	(899)	19.394	20.055	-	3	-	-	-	235	(899)	19.394
Usina Fotovoltaica Ibotirama	6.276	-	7	-	-	60	(273)	6.070	6.276	-	18	-	-	-	60	(273)	6.081
Usina Fotovoltaica Ituverava	18.930	-	-	-	-	149	(784)	18.295	18.930	-	-	-	-	-	149	(784)	18.295
Usina Fotovoltaica Leopoldo Bulhões e Cocalzinho	9.997	-	25	-	-	(2)	(403)	9.617	9.997	-	25	-	-	-	(2)	(403)	9.617
Usina Fotovoltaica Macauba IA e IB	5.574	-	-	-	-	30	(244)	5.360	5.574	-	-	-	-	-	30	(243)	5.361
Usina Fotovoltaica Mãe do Rio	23.570	-	-	(1.191)	-	151	(942)	21.588	23.570	-	-	-	(1.191)	-	152	(943)	21.588
Usina Fotovoltaica Neves Paulista	5.553	-	-	-	-	73	(238)	5.388	5.553	-	-	-	-	-	73	(238)	5.388
Usina Fotovoltaica Pindamonhangaba	5.341	-	-	-	-	614	(251)	5.704	5.341	-	-	-	-	-	615	(251)	5.705
Usina Fotovoltaica Pirangi I e II	8.442	-	4	-	-	146	(371)	8.221	8.442	-	6	-	-	-	145	(372)	8.221
Usina Fotovoltaica Pirangi III	9.684	-	-	-	-	23	(430)	9.277	9.684	-	-	-	-	-	24	(431)	9.277
Usina Fotovoltaica Presidente Epitácio	7.194	-	36	(2.308)	-	60	(247)	4.735	7.192	-	36	-	(2.308)	-	61	(247)	4.734
Usina Fotovoltaica Quaraí	9.710	-	1.932	-	-	96	(443)	11.295	9.709	-	1.932	-	-	-	96	(444)	11.293
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	15.495	-	-	-	-	214	(735)	14.974	15.495	-	-	-	-	-	213	(734)	14.974
Usina Fotovoltaica Santa Albertina	19.823	-	8	-	-	53	(819)	19.065	19.823	-	8	-	-	-	53	(819)	19.065
Usina Fotovoltaica São Borja I	11.101	-	1.421	-	-	104	(493)	12.133	11.102	-	1.421	-	-	-	104	(493)	12.134
Usina Fotovoltaica São Borja II	10.941	-	1.426	-	-	95	(485)	11.977	10.940	-	1.426	-	-	-	96	(486)	11.976
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe	4.218	-	-	-	-	14	(187)	4.045	4.218	-	-	-	-	-	14	(187)	4.045
Usina Fotovoltaica São José do Cedro	9.655	-	-	-	-	36	(408)	9.283	9.655	-	-	-	-	-	35	(407)	9.283
Usina Fotovoltaica São Lourenço do Sul	5.625	-	-	-	-	21	(229)	5.417	5.625	-	-	-	-	-	21	(229)	5.417
Usina Fotovoltaica São Mateus 1 e 2	10.232	-	-	-	-	1.147	(471)	10.908	10.232	-	-	-	-	-	1.146	(471)	10.907
Usina Fotovoltaica Sítio do Mato	6.324	-	-	-	-	1	(273)	6.052	6.315	-	-	-	-	-	2	(274)	6.043
Usina Fotovoltaica Taubaté	4.609	-	7	-	-	36	(208)	4.444	4.608	-	7	-	-	-	36	(207)	4.444
Usina Fotovoltaica Uruguaiana I	21.761	-	3.515	-	-	178	(976)	24.478	21.761	-	3.515	-	-	-	178	(976)	24.478
Usina Fotovoltaica Uruguaiana II	9.567	-	2.001	-	-	204	(433)	11.339	9.567	-	2.003	-	-	-	202	(433)	11.339
Usina Fotovoltaica Uruguaiana IV	10.307	-	-	-	-	1.718	(463)	11.562	10.307	-	-	-	-	-	1.718	(463)	11.562
Usina Fotovoltaica Niquelândia I e II	-	16.198	6	-	-	-	(387)	15.817	16.453	-	6	-	-	-	116	(757)	15.818
Usina Fotovoltaica Tapera I	-	-	-	-	-	-	-	-	9.075	-	-	(9.050)	-	-	6	(31)	-
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe II	-	-	-	-	-	-	-	-	13.275	-	-	(13.270)	-	-	40	(45)	-
Usina Fotovoltaica Varzea de Palma	-	2.968	4	-	-	-	(544)	2.428	-	2.953	5	-	-	-	14	(543)	2.429
Usina Fotovoltaica Rio das Pedras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.597	-	-	-	-	73	(963)	23.707

Total de ativos para arrendamento operacional	374.803	19.166	11.832	(3.499)	-	14.195	(17.199)	399.298	413.593	27.550	11.851	(22.320)	(3.499)	-	14.442	(18.609)	423.008
<u>Provisão para desmobilização</u>																	
Ativo de desmobilização (c)	2.626	121	673	-	-	-	20	3.440	2.900	20	1.017	(161)	-	-	-	(2)	3.774
Total do ativo imobilizado	407.895	19.284	18.914	(18.257)	546	-	(17.186)	411.196	450.953	28.860	19.249	(25.710)	(17.867)	547	-	(18.619)	437.413

(a) Aumento de capital, conforme descrito na Nota 16.

c. Composição da conta– 2024

	Taxa média de depreciação % a.a.	Vida útil em anos	Controladora			Consolidado		
			Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Adiantamento inversões fixas (a)	-	-	25.322	-	25.322	28.348	-	28.348
Imobilizado em andamento (b)	-	-	4.613	-	4.613	4.613	-	4.613
Outros custos de implantação (b)	-	-	508	-	508	1.471	-	1.471
Equipamentos de informática	20	5	23	(7)	16	25	(7)	18
Moveis e utensílios	10	10	7	-	7	12	(2)	10
Total do imobilizado em andamento			30.473	(7)	30.466	34.469	(9)	34.460
Imobilizado para arrendamento operacional:								
Usina Fotovoltaica Alegrete I	4	25	6.750	(547)	6.203	6.750	(547)	6.203
Usina Fotovoltaica Andradina	4	25	10.079	(1.151)	8.928	10.079	(1.151)	8.928
Usina Fotovoltaica Apodi e Angicos	4	25	4.561	(377)	4.184	4.561	(377)	4.184
Usina Fotovoltaica Araçuaí	4	25	13.488	(580)	12.908	13.488	(580)	12.908
Usina Fotovoltaica Barra do Quaraí	4	25	11.741	(1.013)	10.728	11.741	(1.013)	10.728
Usina Fotovoltaica Barretos (Colômbia)	4	25	26.363	(1.735)	24.628	26.363	(1.735)	24.628
Usina Fotovoltaica Cachoeira Paulista	4	25	5.552	(449)	5.103	5.552	(449)	5.103
Usina Fotovoltaica Fernandópolis	4	25	32.679	(542)	32.137	32.679	(542)	32.137
Usina Fotovoltaica Guarantã	4	25	22.332	(2.277)	20.055	22.332	(2.277)	20.055
Usina Fotovoltaica Ibotirama	4	25	6.795	(519)	6.276	6.795	(519)	6.276
Usina Fotovoltaica Ituverava	4	25	19.510	(580)	18.930	19.510	(580)	18.930
Usina Fotovoltaica Leopoldo Bulhões e Cocalzinho	4	25	10.063	(67)	9.996	10.063	(67)	9.996
Usina Fotovoltaica Macaúbal IA e IB	4	25	6.070	(496)	5.574	6.070	(496)	5.574
Usina Fotovoltaica Mãe do Rio	4	25	24.208	(638)	23.570	24.208	(638)	23.570
Usina Fotovoltaica Neves Paulista	4	25	5.944	(391)	5.553	5.944	(391)	5.553
Usina Fotovoltaica Pindamonhangaba	4	25	5.809	(468)	5.341	5.809	(468)	5.341
Usina Fotovoltaica Pirangi I e II	4	25	9.179	(737)	8.442	9.179	(737)	8.442
Usina Fotovoltaica Pirangi III	4	25	10.743	(1.059)	9.684	10.743	(1.059)	9.684
Usina Fotovoltaica Presidente Epitácio	4	25	7.482	(288)	7.194	7.482	(288)	7.194
Usina Fotovoltaica Quaraí	4	25	10.747	(1.037)	9.710	10.747	(1.037)	9.710
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	4	25	18.243	(2.748)	15.495	18.243	(2.748)	15.495
Usina Fotovoltaica Santa Albertina	4	25	20.433	(610)	19.823	20.433	(610)	19.823
Usina Fotovoltaica São Borja I	4	25	12.063	(962)	11.101	12.063	(962)	11.101
Usina Fotovoltaica São Borja II	4	25	11.886	(945)	10.941	11.886	(945)	10.941
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe	4	25	4.674	(456)	4.218	4.674	(456)	4.218
Usina Fotovoltaica São José do Cedro	4	25	10.163	(507)	9.656	10.163	(507)	9.656
Usina Fotovoltaica São Lourenço do Sul	4	25	5.719	(94)	5.625	5.719	(94)	5.625
Usina Fotovoltaica São Mateus 1 e 2	4	25	11.089	(857)	10.232	11.089	(857)	10.232

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025*

	Taxa média de depreciação % a.a.	Vida útil em anos	Controladora			Consolidado		
			Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Custos	Depreciação acumulada	Líquido
Usina Fotovoltaica Sítio do Mato	4	25	6.833	(509)	6.324	6.833	(509)	6.324
Usina Fotovoltaica Taubaté	4	25	5.154	(545)	4.609	5.154	(545)	4.609
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana I	4	25	23.788	(2.027)	21.761	23.788	(2.027)	21.761
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana II	4	25	10.389	(822)	9.567	10.389	(822)	9.567
Usina Fotovoltaica Uruguaiiana IV	4	25	11.279	(972)	10.307	11.279	(972)	10.307
Usina Fotovoltaica Niquelândia I e II	4	25	-	-	-	18.518	(2.065)	16.453
Usina Fotovoltaica Tapera I	4	25	-	-	-	9.228	(153)	9.075
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe II	4	25	-	-	-	13.364	(89)	13.275
Total de ativos para arrendamento operacional			401.808	(27.005)	374.803	442.918	(29.312)	413.606
Ativo para desmobilização								
Ativo para desmobilização	3,5	30	2.963	(337)	2.626	3.254	(354)	2.900
Total			435.244	(27.349)	407.895	480.641	(29.675)	450.966

- (a) São adiantamentos a fornecedores (Epcistas) responsáveis pelas aquisições e instalações dos equipamentos das Usinas Fotovoltaicas;
- (b) Ativos de Usinas Fotovoltaicas em construção com cronogramas de implantação em diferentes estágios. A conclusão e entrada em operação acontecerá ao longo de 2025;
- (c) Em conformidade com as obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures (e seus aditamentos), a Companhia constituiu garantia real sob a forma de Alienação Fiduciária sobre determinados bens de seu ativo imobilizado (equipamentos).
- (d) Em 31 de dezembro de 2025, os bens alienados fiduciariamente em favor dos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, compreendem o ativo imobilizado em operação na data base de 31 de janeiro de 2025, data que ocorreu a segunda emissão das debentures simples.

d. Movimentação – 2024

	Controladora						Consolidado							
	Saldo inicial	Saldo incorporado em 2024	Adição	Baixa	Transferências	Depreciação	Saldo Final	Saldo Inicial	Adição por transferência de participação	Adição	Baixa	Transferências	Depreciação	Saldo Final
Custo														
Adiantamento inversões fixas	-	24.949	501	-	(128)	-	25.322	31.195	1.973	2.242	(3.101)	(3.961)	-	28.348
Imobilizado em andamento	-	11.347	3.572	-	(10.306)	-	4.613	58.777	-	13.048	(649)	(66.563)	-	4.613
Outros custos de implantação	-	1.019	1.077	(16)	(1.572)	-	508	4.957	(3)	4.014	(16)	(7.481)	-	1.471
Equipamentos de informática	-	17	-	-	-	(1)	16	14	-	6	-	-	(2)	18
Moveis e utensílios	-	7	-	-	-	-	7	3	-	8	-	-	(1)	10
Total de outros ativos	-	37.339	5.150	(16)	(12.006)	(1)	30.466	94.946	1.970	19.318	(3.766)	(78.005)	(3)	34.460
Usina Fotovoltaica Alegrete I	-	6.258	-	-	57	(112)	6.203	6.408	-	-	-	63	(268)	6.203
Usina Fotovoltaica Andradina	-	9.048	-	-	14	(134)	8.928	9.313	-	-	-	18	(403)	8.928
Usina Fotovoltaica Apodi e Angicos	-	4.252	-	-	8	(76)	4.184	4.214	-	-	-	151	(181)	4.184
Usina Fotovoltaica Araçuaí	-	13.120	-	-	13	(225)	12.908	13.297	-	-	-	148	(537)	12.908
Usina Fotovoltaica Barra do Quaraí	-	10.872	-	-	12	(156)	10.728	11.133	-	-	-	63	(468)	10.728
Usina Fotovoltaica Barretos (Colômbia)	-	24.962	-	-	105	(439)	24.628	25.481	-	-	-	197	(1.050)	24.628
Usina Fotovoltaica Cachoeira Paulista	-	5.140	-	-	-	(37)	5.103	5.302	-	-	-	23	(222)	5.103
Usina Fotovoltaica Fernandópolis	-	32.338	-	-	341	(542)	32.137	-	-	-	-	32.679	(542)	32.137
Usina Fotovoltaica Guarantã	-	20.324	-	-	28	(297)	20.055	20.744	-	-	-	202	(891)	20.055
Usina Fotovoltaica Ibotirama	-	6.358	-	-	9	(91)	6.276	6.480	-	-	-	67	(271)	6.276
Usina Fotovoltaica Ituverava	-	19.117	-	-	73	(260)	18.930	-	19.182	-	-	72	(324)	18.930
Usina Fotovoltaica Leopoldo Bulhões e Cocalzinho	-	-	-	-	10.063	(67)	9.996	-	-	-	-	10.063	(67)	9.996
Usina Fotovoltaica Macaúbal IA e IB	-	5.640	-	-	15	(81)	5.574	5.777	-	-	-	39	(242)	5.574
Usina Fotovoltaica Mãe do Rio	-	23.810	-	-	82	(322)	23.570	-	23.803	-	-	89	(322)	23.570
Usina Fotovoltaica Neves Paulista	-	5.637	-	-	15	(99)	5.553	5.775	-	-	-	15	(237)	5.553
Usina Fotovoltaica Pindamonhangaba	-	5.380	-	-	-	(39)	5.341	5.469	-	-	-	102	(230)	5.341
Usina Fotovoltaica Pirangi I e II	-	8.559	-	-	5	(122)	8.442	8.804	-	-	-	5	(367)	8.442
Usina Fotovoltaica Pirangi III	-	9.827	-	-	-	(143)	9.684	10.075	-	38	-	-	(429)	9.684
Usina Fotovoltaica Presidente Epitácio	-	7.208	-	-	109	(123)	7.194	4.074	-	-	-	3.326	(206)	7.194
Usina Fotovoltaica Quaraí	-	9.885	-	-	4	(179)	9.710	10.125	-	11	-	4	(430)	9.710
Usina Fotovoltaica Salto de Pirapora	-	15.672	-	-	66	(243)	15.495	16.097	-	-	-	124	(726)	15.495
Usina Fotovoltaica Santa Albertina	-	19.978	-	-	117	(272)	19.823	-	20.046	-	-	117	(340)	19.823
Usina Fotovoltaica São Borja I	-	11.235	-	-	27	(161)	11.101	11.552	-	-	-	30	(481)	11.101
Usina Fotovoltaica São Borja II	-	11.078	-	-	21	(158)	10.941	11.317	-	-	-	98	(474)	10.941
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe	-	4.287	-	-	9	(78)	4.218	4.123	-	-	-	279	(184)	4.218
Usina Fotovoltaica São José do Cedro	-	9.825	-	-	-	(169)	9.656	10.041	-	-	-	21	(406)	9.656
Usina Fotovoltaica São Lourenço do Sul	-	5.584	-	-	135	(94)	5.625	-	-	-	-	5.719	(94)	5.625
Usina Fotovoltaica São Mateus I e 2	-	10.364	-	-	16	(148)	10.232	10.541	-	-	-	132	(441)	10.232

GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2025*

	Controladora						Consolidado							
	Saldo Saldo incorporado inicial	Saldo em 2024	Adição	Baixa	Transferências	Depreciação	Saldo Final	Saldo Inicial	Adição por transferência de participação	Adição	Baixa	Transferências	Depreciação	Saldo Final
Usina Fotovoltaica Sítio do Mato	-	6.375	-	-	40	(91)	6.324	6.511	-	-	-	85	(272)	6.324
Usina Fotovoltaica Taubaté	-	4.665	-	-	29	(85)	4.609	4.665	-	-	-	148	(204)	4.609
Usina Fotovoltaica Uruguaiana I	-	21.733	-	-	421	(393)	21.761	22.278	-	-	-	421	(938)	21.761
Usina Fotovoltaica Uruguaiana II	-	9.606	-	-	99	(138)	9.567	9.860	-	-	-	119	(412)	9.567
Usina Fotovoltaica Uruguaiana IV	-	10.384	-	-	73	(150)	10.307	10.682	-	-	-	73	(448)	10.307
Usina Fotovoltaica Niquelândia I e II	-	-	-	-	-	-	-	16.508	-	-	-	721	(776)	16.453
Usina Fotovoltaica Tapera I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.228	(153)	9.075
Usina Fotovoltaica São João do Rio do Peixe II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.364	(89)	13.275
Total de ativos para arrendamento operacional	-	368.521	-	-	12.006	(5.724)	374.803	286.646	63.031	49	-	78.005	(14.125)	413.606
Provisão para desmobilização														
Ativo de desmobilização (c)	-	3.858	1.083	(2.260)	-	(55)	2.626	4.212	-	1.278	(2.344)	-	(246)	2.900
Total do ativo imobilizado	-	409.718	6.233	(2.276)	-	(5.780)	407.895	385.804	65.001	20.645	(6.110)	-	(14.374)	450.966

14 Arrendamentos

a. Arrendamentos como arrendatário

O Grupo arrenda terras para instalação de Usinas Fotovoltaicas. Esses arrendamentos referem-se a escrituras de direito real de superfície com prazo médio de duração de 30 anos, ajustado a valor presente pela taxa de CDI + spread de 3,1% a.a. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente pela inflação do período. O grupo faz a sublocação desses arrendamentos para os clientes arrendatários das Usinas Fotovoltaicas.

(i) Ativos de Direito de Uso

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2025	2024	2025	2024
Direito de Uso de Superfície	18.302	16.812	20.928	19.196
(-) Depreciação Acumulada	<u>(2.364)</u>	<u>(1.742)</u>	<u>(2.687)</u>	<u>(1.963)</u>
Total Direito de Uso	<u>15.938</u>	<u>15.070</u>	<u>18.241</u>	<u>17.233</u>

a. Movimentação 2025

	<u>Controladora</u>				
	<u>2024</u>		<u>2025</u>		
	Taxa de Depreciação % a.a.	Saldo Inicial	Saldo incorporado em 2025	Adições	
Direito de uso de superfície	3,33	16.813	636	853	18.302
(-) Depreciação acumulada	3,33	<u>(1.742)</u>	-	<u>(622)</u>	<u>(2.364)</u>
Total		15.071	636	231	15.938

	<u>Consolidado</u>					
	<u>2024</u>		<u>2025</u>			
	Taxa de depreciação % a.a.	Saldo Inicial	Baixa por transferência de participação	Adição por transferência de participação		
Direito de uso de superfície	3,33	19.196	(609)	1.259	1.082	20.928
(-) Depreciação acumulada	3,33	<u>(1.963)</u>	-	-	<u>(724)</u>	<u>(2.687)</u>
Total		17.233	(609)	1.259	358	18.241

d) Movimentação 2024

	Controladora					Consolidado		
	2023		2024			2023	2024	
	Taxa de Depreciação % a.a.	Saldo Inicial	Saldo incorporado em 2024	Adições (a)	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições (a)	Saldo Final
Direito de uso de superfície	3,33	-	16.215	598	16.813	16.298	2.898	19.196
(-) Depreciação acumulada (a)	3,33	-	<u>(1.560)</u>	<u>(182)</u>	<u>(1.742)</u>	<u>(1.228)</u>	<u>(735)</u>	<u>(1.963)</u>
Total		-	14.655	416	15.071	15.070	2.163	17.233

- (a) Em 2024 o total de R\$ 236 (121 em 2023) foram capitalizados como parte do custo de implantação das usinas que estavam em construção e R\$ 499 (R\$ 392 em 2023) compõe o custo dos serviços prestados, no resultado do exercício.

(ii) Passivos de Arrendamento

a. Movimentação de 2025

Descrição	Controladora						Consolidado						
	2024		2025				2024		2025				
	Saldo inicial	Saldo incorporado em 2025	Remensuração	Juros	Pagamentos de juros	Pagamento de principal	Saldo Final	Saldo inicial	Saldo incorporado em 2025	Remensuração	Juros (i)	Pagamentos de juros	Saldo Final
Passivo de arrendamentos	16.768	722	835	2.281	(2.281)	(73)	18.252	19.111	722	835	2.537	(2.513)	20.692
Total de Arrendamentos	16.768	722	835	2.281	(2.281)	(73)	18.252	19.111	712	835	2.537	(2.513)	20.692
Circulante	1.606						2.803	1.898					3.312
Não circulante	15.162						15.449	17.213					17.380

(i) Para as usinas em estágio pré-operacional, os juros de ajuste a valor presente do passivo de arrendamento foi capitalizado e compõe o total do ativo da usina objeto. Em 2025, o total de R\$ 166 (R\$ 1.515 em 2024) foram capitalizados como parte do custo das usinas que estavam em pré-operação e R\$ 2.371 (R\$ 759 em 2024) compõe a despesa financeira, no resultado do exercício.

e) *Movimentação de 2024*

Descrição	Controladora						Consolidado					
	2023		2024				2023		2024			
	Saldo inicial	Saldo incorporado em 2024	Remensuração	Juros	Pagamentos de juros	Saldo Final	Saldo inicial	Transferência de participação	Remensuração	Juros (i)	Pagamentos de juros	Saldo Final
Passivo de arrendamentos	-	16.128	598	774	(732)	16.768	16.277	2.144	770	2.274	(2.354)	19.111
Total de Arrendamentos	-	16.128	598	774	(732)	16.768	16.277	2.144	770	2.274	(2.354)	19.111
Circulante	-					1.606	980					1.898
Não circulante	-					15.162	15.297					17.213

(i) Para as usinas em estágio pré-operacional, os juros de ajuste a valor presente do passivo de arrendamento foi capitalizado e compõe o total do ativo da usina objeto. Em 2024, o total de R\$ 1.515 foram capitalizados como parte do custo das usinas que estavam em pré-operação e R\$ 759 compõe a despesa financeira, no resultado do exercício.

15 Debêntures

Operação:	Instituição	Consolidado	
		2025	2024
Debêntures simples (a)	Oliveira Trust	-	337.849
Debêntures incentivadas (b)	Oliveira Trust	397.053	-
Total		397.053	337.849
Circulante (d) e (c)		397.053	337.849
Não Circulante		-	-

(a) Emissão de debêntures de série única, não conversíveis em ações, emitidas em 17 de agosto de 2022 pela GDPAR SN Participações em Projetos Solares S.A, com vencimento de 100% do principal (bullet) em 26 de fevereiro de 2025. As operações estavam sujeitas a juros de 2,35% ao ano com periodicidade de pagamento semestral, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Em 31 de janeiro de 2025, a Companhia realizou a oferta pública da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura datado de 29 de janeiro de 2025. A emissão ocorreu com a Companhia na qualidade de Emissora, a Oliveira Trust DTVM S.A. como Agente Fiduciário e a OPEA Securitizadora S.A. como companhia securitizadora. A emissão está dividida em duas séries, com as seguintes características e remunerações:

- a Primeira série (denominada "Série Ponte"): R\$ 380.000, atualização monetária indexada de 100% do CDI, juros de 2,51% ao ano pagos no vencimento mensalmente;
- a Segunda série (denominada "Série Incentivada"): Limite de até R\$ 425.000. O valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA. O spread que incidirá sobre o valor atualizado será calculado de acordo com a taxa indicativa Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2032 (NTN-B 32) apurada no fechamento da data de determinação do fixing das debêntures da segunda série (Série Incentivada) acrescida exponencialmente de 1,525% ao ano, base 252 dias úteis.

A primeira série, chamada de "Série Ponte", foi totalmente subscrita e integralizada no dia 14 de fevereiro de 2025, é a operação de caráter transitório, onde os recursos captados foram direcionados para o resgate antecipado da debênture simples da 1ª emissão, conforme demonstrado na nota explicativa n.15 e letra "c". Já a segunda série, chamada de "Série Incentivada" foi totalmente subscrita e sua integralização ocorreu em 22 de maio de 2025, onde os recursos captados serão direcionados para o resgate obrigatório da Série "Ponte", conforme condições estabelecidas na Escritura de Emissão. Dessa forma, a primeira e a segunda série jamais coexistirão.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Companhia efetuou o resgate antecipado total facultativo da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, conforme os termos da respectiva escritura. O montante total liquidado foi de R\$ 344.814, dos quais R\$ 323.629 referem-se ao valor principal e R\$ 21.185 correspondem aos juros.

As debêntures possuem como garantias: alienação fiduciária de 100% das ações da Companhia e das controladas (vide nota explicativa 1) e fiança prestada pela controladora da Companhia, GDSun.

(c) A Companhia não atingiu o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2, estabelecido em contrato. Em função disso, o montante de R\$ 364.311, originalmente classificado no passivo não circulante, foi reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2025, conforme exigido pelas normas contábeis vigentes.

Em 27 de março de 2026, a instituição financeira emitiu formalmente um documento de "waiver" (perdão de descumprimento), autorizando a manutenção da dívida sem a exigência de liquidação antecipada. Consequentemente, este montante será reclassificado para o longo prazo nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2026. Vide notas explicativas: 1.2 (Continuidade Operacional) e 25 (Eventos Subsequentes).

- (d) O descumprimento do ICSD refletiu, de forma pontual, o efeito de custos e despesas de natureza extraordinária incorridos ao longo de 2025 no âmbito de uma iniciativa estruturada da Administração voltada à recuperação e otimização da performance operacional das usinas da Companhia. Tais dispêndios, embora tenham impactado temporariamente o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, foram necessários para restabelecer os parâmetros operacionais do portfólio e não refletem deterioração estrutural da capacidade de geração de caixa da Companhia. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa n.º 1.2 (Continuidade Operacional).

(i) Movimentações no saldo das Debêntures

	Consolidado							
	2024	2025						
Tipo	Juros	Captação	Pagamento a terceiros /captação	Amortização custo transação	Pagamentos de juros	Liquidação debêntures	Saldo Final	
Debêntures	337.849	51.122	791.183	-	(395)	(57.911)	(725.585)	397.053
Total	337.849	51.122	791.183	-	(395)	(57.911)	(725.585)	397.053
Circulante	337.849							397.053
Não circulante	-							

	Consolidado				
	2023	2024			
Tipo	Juros	Amortização custo transação	Pagamentos de juros	Saldo Final	
Debêntures	338.691	41.693	2.223	(44.758)	337.849
Total	338.691	41.693	2.223	(44.758)	337.849
Circulante		14.393			337.849
Não circulante		324.298			-

(ii) Vencimento das Debêntures:

Período	Consolidado	
	2025	2024
2025	-	337.624
2026	26.959	-
2027	25.015	-
2028	27.122	
2029	26.912	
2030 e após	291.045	
Total	397.053	-

337.624

16 Provisão para desmobilização

Para a Companhia e suas controladas que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização dos ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente ajustada ao valor presente e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos com desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e é depreciado ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de provisão para desmobilização na controladora e consolidado totaliza R\$ 4.973 e R\$ 5.441, respectivamente (R\$ 3.705 na controladora e R\$ 4.045 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, subscrito e integralizado, conforme Assembleia Geral Extraordinária é de R\$ 160.052 (R\$ 143.209 em 2024), representado por 204.563.669 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme apresentado no quadro abaixo:

31 de dezembro de 2025	Ações		
Acionistas	ordinárias	%	R\$
GD Geração Distribuída Participações S.A.	<u>204.563.669</u>	<u>100</u>	<u>160.209</u>
	<u>204.563.669</u>	<u>100</u>	<u>160.209</u>
31 de dezembro de 2024	Ações		
	ordinárias	%	R\$
GD Geração Distribuída Participações S.A.	204.563.669	100	143.209
	204.563.669	100	143.209

Em 18 de setembro de 2024 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 65.971, com a conferência de quotas das sociedades de propósito específico descritas na nota explicativa de nº 1.1(a), de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 77.238 para R\$ 143.209, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações.

Em 31 de janeiro de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária duas transações societárias, sendo i) aumento do capital social em R\$ 29.786 com a integralização mediante conferência das participações societárias detidas pela GDSun, para a Companhia, nas empresas (i) UFV GDPAR MG1 Equip. Fotovoltaicos S.A, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 3.393; e (ii) UFV GDPAR SP1 Equip. Fotovoltaicos Ltda, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 26.392, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 143.209 para R\$ 172.995. A abertura dos saldos destas empresas está demonstrada na nota explicativa 1.1 (a); ii) a redução de capital em R\$ 26.787 com a versão do acervo cindido para a GDPAR SP, correspondente às participações nas empresas: UFV GDSUN PB1 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda., avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 15.960 e UFV Pernambuco II Equipamentos Fotovoltaicos Ltda, avaliada pelo patrimônio líquido a R\$ 10.827, de modo que o capital social

da Companhia passou de R\$ 172.995 para R\$ 146.208. A abertura dos saldos destas empresas está demonstrada na nota explicativa 1.1 (b) Em ambas as transações não ocorreu alteração na quantidade de ações existentes da Companhia, permanecendo as 204.563.669 ações.

Em 28 de março de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 13.298, com a integralização de AFAC aportados pela controladora, GDSun, e já registrado no patrimônio líquido da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 146.208 para R\$ 159.506, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações.

Em 10 de abril de 2025 foi deliberado e aprovado por meio da ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital no valor de R\$ 546, por meio da transmissão a Companhia da propriedade de módulos fotovoltaicos, aportados pela controladora, GDSun, e já registrado no patrimônio líquido da Companhia, de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 159.506 para R\$ 160.052, sem a emissão de novas ações, permanecendo as 204.563.669 ações.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Destinação de Lucros

Conforme o estatuto social da Companhia, todo o lucro remanescente após a constituição da reserva legal, serão revertidos ao caixa da Companhia e direcionados para reinvestimento nos negócios da Companhia. Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não distribuiu dividendos aos seus acionistas.

c. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

Valores aportados pela controladora a título de adiantamento para futuro aumento de capital, de forma a garantir liquidez de suas transações. Conforme descrito no item “a) Capital Social”, em 2025 a Companhia converteu integralmente o valor do AFAC de R\$ 13.298 em capital social.

18 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta				
Receita de serviços prestados	80.453	20.276	88.472	57.465
Receita de serviço prestados (créditos) (a)	5.269	12.936	3.030	13.057
Subtotal Receita operacional bruta	85.722	33.212	91.502	70.522
Deduções				
Impostos sobre as vendas	(8.508)	(3.095)	(8.735)	(4.800)
Receita operacional líquida	77.214	30.117	82.767	65.722

(a) Refere-se às receitas a faturar decorrentes da diferença entre a geração líquida das Usinas Fotovoltaicas (UFVs) e as compensações obtidas nas faturas emitidas aos clientes. O faturamento ocorre mensalmente com base no pedido (acordo) de compensação de créditos de energia, aprovado entre o cliente e a companhia.

Abaixo segue abertura de receitas de serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de Serviços Prestados				
Receita de locações	69.729	32.116	75.322	59.814
Receita de operação e manutenção	15.993	1.096	16.180	10.708
Total receita serviços prestados	85.722	33.212	91.502	70.522

Os projetos de Geração Distribuída estão em conformidade com a Resolução 1.059 de 7 de fevereiro de 2023 da Aneel e são arrendados para os clientes finais em contratos com prazos que chegam até 25 anos. A GDPAR SN tem como principais clientes s Raia Drogasil S.A., Telefônica Brasil S.A., Magazine Luiza S.A, TIM S.A, RAIZEN GD S.A e Claro S.A.

19 Custos das vendas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depreciação das usinas	(16.655)	(5.723)	(18.063)	(14.125)
Depreciação desmobilização	(20)	(67)	(6)	(249)
Depreciação direito de uso	(613)	(139)	(677)	(499)
Seguros	(1.566)	(396)	(1.691)	(1.386)
Compartilhamento (Salários e encargos – Times: O&M, GDE e SSMA) – (a)	(5.324)	(1.615)	(5.775)	(3.974)
Compartilhamento (outras despesas – Times: O&M, GDE e SSMA)	(3.245)	(1.143)	(3.527)	(2.335)
Serviços contratados (Vigilância, operação e manutenção e outros)	(3.158)	(973)	(3.377)	(3.599)
Outros custos	(1.897)	(430)	(2.049)	(1.518)
Crédito PIS e COFINS sobre depreciação	3.584	1.336	3.602	1.336
Total	(28.894)	(9.150)	(31.563)	(26.349)

- (a) Refere-se a custos administrativos que são incorridos e pagos por outras empresas do grupo e posteriormente rateados para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

20 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços tomados (advogados, publicidade, contabilidade e outros)	(1.440)	(1.084)	(1.545)	(1.677)
Despesas com pessoal compartilhadas – (a)	(2.862)	(525)	(3.117)	(1.798)
Despesas Tributárias	(297)	(83)	(313)	(190)
Outras despesas gerais e administrativas	(643)	(467)	(693)	(1.190)
	(5.242)	(2.159)	(5.668)	(4.855)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas por outras empresas do grupo e posteriormente rateadas para a Companhia mediante a contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes.

21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.176	433	5.363	1.039
Outras receitas	25	14	25	19
	5.201	447	5.388	1.058
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(51.122)	(41.693)	(51.122)	(41.693)
Juros sobre arrendamento	(2.281)	(588)	(2.537)	(1.868)
Juros sobre provisão de desmobilização	(401)	(233)	(459)	(503)
Amortização dos custos dos empréstimos	(395)	(2.516)	(395)	(2.516)
Despesas bancárias	(17)	(5)	(20)	(52)
Juros, multas e outras despesas	(40)	(12)	(40)	(30)
	(54.256)	(45.047)	(54.573)	(46.662)
Total	(49.055)	(44.600)	(49.185)	(45.604)

22 Imposto de renda e contribuição social - controladora

(i) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro real – 2025

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social 2025

	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.164)	(14.282)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Cálculo pela alíquota fiscal combinada	1.415	4.852
(+) Adições da base de cálculo		
(+) Amortização de direito de uso	209	48
(+) Juros sobre arrendamento mercantil	776	200
(+) Amortização provisão de descomissionamento	(7)	23
(+) Receita a faturar e contas a receber (SPEs incorporadas) (a)	224	8.242
(+) Juros com provisão de descomissionamento	136	79
(+) Depreciação contábil	5.663	1.946
(+) Exclusões da base de cálculo		
(-) Equivalência patrimonial	(597)	(3.914)
(-) IRPJ e CSLL SPEs incorporadas (b)	-	(470)
(-) Arrendamentos pagos	(800)	(249)
(+) Depreciação Fiscal (10%)	(13.304)	(4.910)
Prejuízo fiscal	<u>9.118</u>	<u>5.847</u>
Reversão de IRPJ e CSLL corrente da SPEs incorporadas (b)	58	
Total imposto de renda e contribuição social corrente	-	-

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação

vigente.

- (a) Adição de saldo de receitas a faturar e contas a receber não tributados pelo IRPJ e CSLL nas SPEs incorporadas por estarem no lucro presumido-regime de caixa;
- (b) Exclusão do saldo de IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas por estarem no regime do lucro presumido regime de caixa.

(ii) Composição de imposto diferido e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias entre regime de competência e regime de caixa das SPEs incorporadas que estavam na sistemática do lucro presumido. As origens estão apresentadas a seguir:

Os saldos dos passivos diferidos são como segue, conforme sua origem

Diferenças temporárias	Alíquota nominal	2025	2024
Diferenças temporárias registrada no passivo	34%	-	(1.382)
Reversão IRPJ e CSLL diferidos das SPEs incorporadas (i)		-	1.382
Movimentação do exercício		-	1.382

- (i) As SPEs apuravam o IRPJ e a CSLL com base no regime de competência, mas efetuavam os recolhimentos pelo regime de caixa. Em razão disso, o saldo remanescente de R\$ 1.382 mil referente às contas de IRPJ e CSLL a pagar foi transferido para a companhia no processo de incorporação. Esses valores foram subsequentemente revertidos contra as contas de IRPJ e CSLL no resultado. Adicionalmente, os saldos das contas de receita a faturar e contas a receber que não haviam sido recebidos até a data da incorporação foram incluídos na apuração do IRPJ e da CSLL da companhia, seguindo a sistemática do lucro real.

(iii) Imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro presumido

	<u>Consolidado</u>	
	2025	2024
Receita com prestação de serviços	5.623	37.310
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo após presunção	1.799	11.939
Receita financeira	181	511
Base de Cálculo	1.980	12.450
IRPJ - 15%	297	1.867
Adicional IRPJ - 10%	97	208
CSLL - 9%	178	1.121
Total de IRPJ e CSL	(572)	(3.196)
IRPJ e CSLL pago	405	3.833
IRPJ e CSLL a pagar	167	383

Todas as sociedades de propósito específico (Usinas Fotovoltaicas) estavam enquadradas em 2025 e em 2024 no regime de tributação do lucro presumido.

23 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos – Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2025	31/12/2025	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	42.301	42.301	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.532	31.532	-	-
Fornecedores	(2.687)	(2.687)	-	-
Debêntures	(397.053)	(397.053)	-	(476.464)
Passivo de arrendamento	(20.692)	(20.692)	-	-
Passivo de desmobilização	(5.441)	(5.441)	-	-
Partes relacionadas	(5.067)	(5.067)	-	-

Em 31 de dezembro de 2024	31/12/2024	Ativos e passivos financeiros a custo amortizado (Consolidado)	Outros passivos financeiros (Consolidado)	Valor justo Nível 2 (Consolidado)
Caixa e equivalentes de caixa	23.755	23.755	-	-
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	31.495	31.495	-	-
Fornecedores	(3.466)	(3.466)	-	-
Debêntures	(337.849)	(337.849)	-	(344.813)
Passivo de arrendamento	(19.111)	(19.111)	-	-
Passivo de desmobilização	(4.045)	(4.045)	-	-
Partes relacionadas	(55.659)	(55.659)	-	-

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo inputs significativos não observáveis

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

O gerenciamento de risco do Grupo foi estabelecido para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros, visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras, principalmente, caso uma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de outras contas a receber. As empresas que compõe o grupo, por estarem na sua maioria em fase pré-operacional, não apresentaram saldo em contas a receber no período analisado.

A Administração estabeleceu uma análise de crédito na qual cada novo ou potencial cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta ou participar de alguma concorrência. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação, quando disponíveis, de demonstrações financeiras, informações do setor de atuação do cliente em potencial, e, em alguns casos, referências bancárias.

Em relação ao risco de crédito de outras contas a receber, o Grupo adota como premissa, investir em instituições financeiras de grande porte.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de “Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras” é de R\$ 42.301 (R\$ 23.755 em 31 de dezembro de 2024). Tais saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores não incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2025	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	2.687	2.687	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	20.692	3.312	2.981	14.399
Debêntures (Nota 15)	397.053	32.353	30.736	413.375
Partes relacionadas (Nota 11)	5.067	5.067	-	-
Total	425.499	38.027	28.594	358.878

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			
	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	3.466	3.466	-	-
Passivo de arrendamento (Nota 14)	19.111	1.898	1.717	15.496
Debêntures (Nota 15)	337.849	344.814	-	-
Partes relacionadas (Nota 11)	55.659	55.659	-	-
Total	416.085	405.837	1.717	15.496

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, tenham impacto nos ganhos do Grupo. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia e suas investidas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Operações com instrumentos derivativos

O Grupo não operou em 2025 com instrumentos de derivativos para troca de risco.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o grupo busca diversificar as aplicações de recursos em termos de taxas prefixadas, mantidas em operações vinculadas ao CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Taxa	Saldo em 31/12/2025	Cenário A 10%	Cenário B 25%	Cenário C 10%	Cenário D 25%
Ativo						
Aplicações financeiras	CDI					
		13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>42.301</u>	<u>47.425</u>	<u>46.571</u>	<u>48.564</u>	<u>49.418</u>
Passivo						
Arrendamentos	IPCA	4,26%	3,83%	3,20%	4,69%	5,33%
Debêntures	CDI	13,46%	12,11%	10,10%	14,81%	16,83%
Exposição líquida do balanço patrimonial		<u>(417.745)</u>	<u>(466.637)</u>	<u>(458.489)</u>	<u>(477.502)</u>	<u>(485.651)</u>

O cenário A, provável, considera uma desvalorização em 10% e o cenário B, possível, considera uma desvalorização em 25%, o cenário D considera uma valorização em 10% e o cenário D uma valorização em 25%.

As seguintes taxas de juros aplicadas durante o ano:

	<u>Taxa de fechamento na data</u>	
	2025	2024
IPCA/IBGE	4,26%	4,83%
CDI/B3	13,46%	10,88%

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

25 Eventos subsequentes

- (i) Em 31 de janeiro de 2026, em AGE da Companhia aprovou redução de capital em R\$ 529 (quinhentos e vinte e nove mil) mediante a versão do acervo cindido para a GD Geração Distribuída Participações S.A, correspondente a participação societária na empresa UFV GOVERDE & GD PAR SP 1 ALUGUEL DE INFRAESTRUTURA SPE LTDA, avaliada pelo seu patrimônio líquido na mesma data base;
- (ii) Em 27 de março de 2026, a Administração obteve formalmente o “waiver” (perdão de descumprimento) junto à instituição financeira pelo não atingimento do ICSD de 1,2 previsto no contrato de financiamento, ver nota explicativa de nº 15.